



Revista Brasileira do Caribe

ISSN: 1518-6784

revista_brasileira_caribe@hotmail.com

Universidade Federal de Goiás

Brasil

Cavlak, Iuri

LIBERDADE, SOCIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO: a História da Guiana
Revista Brasileira do Caribe, vol. XVII, núm. 33, julho-diciembre, 2016, pp. 187-202

Universidade Federal de Goiás

Goiânia, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=159149454010>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

OUTROS ARTIGOS

LIBERDADE, SOCIALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO: a História da Guiana

Iuri Cavlak

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Br.

Resumo

Este artigo visa estudar duas conjunturas importantes da História da Guiana: a formação das vilas no campo pelos afro-guianeses após a abolição da escravidão e o desenvolvimento do movimento socialista na segunda metade do século XX. Entendo que se trata de momentos chaves para a compreensão do passado desse país.

Palavras-chave: socialismo, história, política.

Resumen

Este artículo está orientado al estudio de dos coyunturas importantes de la História da Guiana: la formación de las villas en el campo por los guyanos después de la abolición de la esclavitud y el desarrollo del movimiento socialista em la segunda mitad del siglo XX. Entiendo que se trata de momentos claves para la comprensión del pasado de ese país.

Palabras claves: socialismo, historia, política.

Abstract

This article aims study two important conjunctures for the Guiana's History: the formation of rural towns for the afro-guianenses after the abolition of slavery and the development of socialism movement in the second half of XX century. I understand that the subject is about a key moments for the comprehension of the pass of this country.

Keywords: socialism, history, politics.

Keywords: socialism, history, politics.

A República Cooperativa da Guiana tem sido como um enigma para a historiografia brasileira. Tratada como parte do

Caribe, embora encravada geograficamente na América do Sul, esse país vem desenvolvendo nos últimos anos uma ligação mais acentuada com o Brasil, levando alguns autores a conceituá-la como parte de uma “Amazônia Caribenha”, espécie de intersecção entre dois mundos. (PROCÓPIO, 2007).

Interessante que esse pequeno país, de colonização holandesa e depois inglesa, independente politicamente a partir de 1966, protagonizou ao menos duas conjunturas extraordinárias no sentido da construção de uma sociabilidade alternativa *vis a vis* à economia de mercado. Uma no século XIX, após a emancipação dos escravos, em 1838, e outra na segunda metade do século XX, com a construção do socialismo por Cheddi Jagan e o PPP (Partido Progressista do Povo). Situações que se assemelharam a outras nações caribenhas, mas que guardaram idiossincrasias próprias.

Na Guiana, a resistência das classes proprietárias articuladas à imigração de centenas de milhares de imigrantes asiáticos ajudou a impedir o fortalecimento hegemônico das comunidades de negros libertos no XIX, assim como à oposição da elite colonial britânica aliada da política externa norte-americana: as desavenças políticas e étnicas no seio da população guianense, destruiu o movimento socialista no século XX.

Neste artigo, objetivo refletir sobre esses dois momentos do passado colonial guianense, pois julgo fulcral para entendermos a descolonização no lugar e a construção da atual República Cooperativa.

As comunidades afro-guianenses

Pode-se afirmar, *grosso modo*, que a partir de 1838 a contradição entre os donos das fazendas e os agora libertos se configurou em novo patamar. Os afro-guianenses foram retirando-se das *plantations*, de sorte que em algumas regiões, quase metade delas, vivenciaram o descontinuar da produção, a maioria dos barões do açúcar preferiram dirigir-se para Londres e delegar a administração de suas culturas para capatazes e procuradores. O controle do trabalho começou a escapar das mãos da classe proprietária, concomitante à formação de pequenas comunidades

livres. Há relatos de casos em que vários brancos destruíram árvores frutíferas e colheitas, na esperança de manter os escravos dependentes das plantations.

Como afirma Adamson, em relação ao decênio pós-emancipação:

Para muitos fazendeiros essa década foi de fato o fim. Havia mesmo sérias dúvidas a respeito da possibilidade da sobrevivência do açúcar. A crise de 1847-48, quando a depressão financeira na Grã-Bretanha coincidiu com a abrupta queda nos preços do açúcar e com uma greve dos trabalhadores das fazendas “quase aniquilou a colônia”, conforme o (governador) Henry Barkly. “Pânico universal prevaleceu e um sanguíneo desespero”. (ADAMSON, 1972, p. 32).

Na nova constituição dos libertos, começou a emergir uma dualidade no sentido do trabalho, muitos passando a viver em terras livres ao mesmo tempo alugando sua mão de obra para os grandes fazendeiros. As *task gangs* (grupos de trabalhadores negros que alugavam sua força de trabalho por empreita), criadas no período da escravidão, foram retomadas, com a eleição de líderes que diretamente negociavam os salários para o serviço nos engenhos. Única mão de obra disponível, os afro-guianenses lograram em muitos casos receberem proventos acima da média histórica, elevando momentaneamente o nível de vida e de consumo de bens, impondo certo controle sobre as condições e a duração do trabalho. Esse poder de barganha se mostrou inaceitável para os brancos, que criaram uma lei em 1841 limitando a liberdade de movimento dos grupos e estabelecendo um teto para seus salários. A resposta foi a primeira greve de trabalhadores assalariados conhecida na colônia, talvez uma das primeiras no entorno regional da época:

Trabalhadores do açúcar coordenaram sua oposição numa greve que durou de doze a treze semanas. Menos de três anos depois de serem emancipados da escravidão, a nova classe trabalhadora estava se comportando como em certos aspectos como o proletariado moderno; e o primeiro registro de greve na história da classe trabalhadora guianense foi um sucesso, levando

os fazendeiros ... a subida moderada dos salários (RODNEY, 1981, p. 33).

Concomitante a luta por melhores condições de trabalho, seguiu o crescimento da aquisição dos libertos de pequenas propriedades. Elas se dividiram em dois tipos: proprietárias e comunais. As primeiras advieram dos antigos donos que vendiam parte da sua propriedade para tentar manter os ex-escravos próximos. No final de 1839, já existiam 267 fazendas desse tipo. Em novembro desse mesmo ano, a primeira propriedade comunal foi formada, quando 84 trabalhadores compraram a *Plantation North Brook* na costa oeste de Demerara por \$10 mil. A opção inicial era para continuar produzindo e exportando açúcar. Outras grandes aquisições foram feitas entre 1838 e 1844: 500 acres da *Plantation Friendship*, comprada por 168 afro-guianenses por \$80 mil, 500 acres da *Plantation New Orage Nassau* por 128 afro-guianenses no valor de \$50 mil, 400 acres da *Plantation Beterverwagting* por 145 afro-guianenses no valor de \$22 mil, e 300 acres da *Plantation Plaisance* por 88 afro-guianenses no valor de \$39 mil (ADAMSON, 1972, p.36).

A tendência de barganhar salários e possuir o próprio pedaço de terra abriu uma nova possibilidade de vida para uma população recém saída de uma secular condição de ultraje. Na conceituação de Rodney:

A dinâmica das fazendas camponesas não pode ser entendida sem a constante referência as plantations ... A aquisição de terras pela população emancipada durante os anos de 1840 representou a procura por algum grau de posse e controle dos meios de produção... Cada pedaço de terra comprado e cada vila criada forneceu aos Criolos Africanos envolvidos uma pequena medida de independência que frustrava a estratégia dos senhores de intimidação (RODNEY, 1981, p.60).

De qualquer forma, morar numa vila significava a abertura de possibilidades para a participação em processos políticos não controlados pelos grandes latifundiários. Em 1850, para se ter uma ideia, numa população de 127.695, havia 916 eleitores dentro do sistema representativo colonial. Os moradores das

vilas mandavam em seus destinos, inventavam suas regras, determinavam o tempo de trabalho, descanso, lazer e atividades religiosas. “Durante a fase inicial da história pós-Emancipação, os vilarejos na Guiana Inglesa eram de uma liberdade única, se comparados a média prevalecente nas Índias Ocidentais” (ADAMSON, 1972, p. 23).

Na fase atual em que se encontram os arquivos guianenses há extrema dificuldade em encontrar registros mais precisos para reconstituir esse contexto, embora vários autores concordem em destacar a questão da liberdade, solidariedade e igualitarismo na vida interna desses povoados. Comparando com a Jamaica, que protagonizou um cenário semelhante, especialistas apontam para a “pálida autonomia” das vilas se comparado ao que ocorria na Guiana Inglesa (MACLEWIN, 1971).

Não obstante as dificuldades, essas vilas continuaram a crescer rapidamente. Em novembro de 1842 havia 15 mil pessoas ali vivendo, saltando para 49 mil em 1854. Nas suas terras, mesmo em forma de cooperativa, a agricultura de subsistência igualmente se mostrava dificultosa. A falta de preparo e a pobreza do solo, combinado com a impossibilidade de utilização de adubos – a Guiana Inglesa possuía uma quantidade pequena de gado – e as enchentes conspiravam para uma vida não tão idílica. A alimentação na colônia consistia em produtos importados como a carne, trigo e conservas, bem como a vestimenta, quase toda ela comprada dos comerciantes de além-mar.

Mesmo nesse contexto, os libertos preferiam se afastar dos antigos lugares e habitarem novas terras, em um contexto social e econômico onde a liberdade pudesse ser exercida. Com a crise pós-emancipação ainda não superada, pois os imigrantes ainda estavam se estabelecendo, muitas comunidades negras esperavam pela falência dos fazendeiros brancos para tomar posse também dessas terras. No limite, a esperança era de tomar posse de toda a colônia.

Consequentemente reforçou-se a implementação de novas leis que dificultavam o acesso dos negros às terras. A chamada *Ordinance Number 1*, de 1852, proibiu a compra de terras por mais de 20 afro-guianenses. Igualmente uma vertente de ataque

às comunidades foi a questão do monopólio comercial. A população negra das vilas tentou por diversas vezes estabelecer cooperativas de trocas, barradas pelas proibições políticas e pela força econômica dos imigrantes portugueses, para quem foi dada a exclusividade no comércio varejista (MOORE, 1995, p. 9).

Com efeito, a população negra, enfrentando catástrofes naturais, dificuldades na agricultura e ataque constante do governo deslocou-se para as cidades, inviabilizando o desenvolvimento das experiências de autodeterminação. O processo de despovoamento da zona rural agravou-se pela descoberta do ouro em 1880, impulsionando os afro-guianenses para as minas e a consequente sangria nas vilas. No final do século XIX consolidar-se-ia enfim a mudança do caráter dessa população, compelida a descartar a possibilidade de uma vida satisfatória na zona rural para formar o proletariado urbano. Foram importados para as plantations cerca de 240 mil trabalhadores oriundos da Índia, na condição de imigrantes contratados, em condições de vida e de trabalho semelhante à antiga escravidão africana na América.

O Século XX

A partir do final do século XIX, o capital monopolista avançou no setor açucareiro, transformando as mais de 200 grandes fazendas em apenas 19 na primeira metade do XX, sendo 15 delas propriedade da multinacional Booker Brothers McConnel and Company Limited. O chiste que corria então era que o país, ao invés de British Guiana poderia se chamar Booker's Guiana (SPINNER JR 1984, p. 9.)

A Segunda Guerra Mundial impulsionou rapidamente outras mudanças sociais. O perigo da transformação do Brasil em aliado alemão, que o pragmatismo da política externa varguista entre 1937 e 1940, chegou a sugerir, e a queda da Guiana Francesa nas mãos dos colaboracionistas, levaram a uma valorização geopolítica da Guiana por parte da Inglaterra e dos Estados Unidos. Recursos foram liberados para melhorar a vida da população, e uma base aérea norte-americana, a Atkinson Field, foi construída em 1940. Por outro lado, os trabalhadores

indianos foram desenvolvendo suas instituições de classes, bem como os trabalhadores negros envolvidos na extração da bauxita.

Em 1941 o movimento operário guianense criou a Trade Union Council (TUC), uma central que passou a unificar os até então dispersos sindicatos. O avanço na consciência de classe fez crescer essa instituição, que se filiou em 1944 a Fabian Colonial Bureau (FCB), enviando representantes um ano depois para a primeira conferência mundial da World Federation of Trade Unions (WFTU). Nesta época, vinte diferentes sindicatos compunham o movimento dos trabalhadores na Guiana Inglesa (SPINNER JR, 1984, p. 23).¹

Logo em 1946, numa demonstração da importância que informava a questão trabalhista, Georgetown foi sede do primeiro congresso dos trabalhadores do Caribe, que hospedou vários proeminentes líderes sindicais da região. Apareceram as lideranças de Cheddi Jagan e sua esposa, Janet Chagan, que haviam frequentado no entre guerras grupos de discussão sobre marxismo e mesmo conferências do Partido Comunista nos Estados Unidos. Convencidos, junto com outros militantes, que o movimento necessitava de um novo grau de organização, centrado na universalização das lutas em lugar da parcialidade de cada sindicato, fundaram o Political Affairs Comitee (PAC), muito próximo de um partido político formal. A novidade esteve na liderança do marxista H.J.M. Hubbard e a união com o movimento trabalhista negro, sob liderança de Ashton Chase. Dentro desse invólucro de união étnica de inspiração marxista, o PAC propunha alfabetização universal, sufrágio e independência, concomitante com as reformas econômicas para a proteção dos trabalhadores negros da cidade e indianos da zona rural. A instituição se dizia baseada no “socialismo científico” (RABE, 2005, p. 27).

Em 1947 ocorreram as primeiras eleições nesse novo ambiente do pós-guerra. Embora crescente, o movimento trabalhista sentiu a fragilidade de disputar o parlamento sem ainda se constituir em partido político formal. O resultado foi a vitória de um único candidato, Cheddi Jagan, com os votos de negros

¹ A população guianense na época girava em torno de 400 mil.

e indianos, apoiado pelo influente professor afrodescendente Sydney King.

Como deputado, Jagan se destacou como uma voz solitária combatendo os interesses da oligarquia do açúcar e das multinacionais exploradoras de bauxita. Com repetidos planos para a taxação desses empreendimentos, construção de casas populares, hospitais, escolas, distribuição das terras improdutivas para a população e ajuda estatal para a irrigação e para os pequenos produtores de arroz, se tornou uma figura carismática entre a população. Não obstante, a repressão ao movimento trabalhista seguiu pesada, como em 1948, quando numa tentativa de greve, cinco cortadores de canas foram mortos pela polícia, levando a imensas manifestações de protestos e solidariedade (HYLES, 2014, p. 104).

Na metrópole, a liderança do Partido Trabalhista, sob direção de Clement Attlee, animava a militância na colônia, que imaginava próxima da abertura do processo de independência. Na Guiana as lideranças chegaram ao acordo da necessidade de um partido político de inspiração socialista, que reunisse todas as etnias em torno da perspectiva marxista. Assim, com a entrada do influente advogado negro formado em Londres, Forbes Burnham, o Political Affair Committee deu um passo adiante e, em 1950, se constituiu no Peoples Progressive Party (PPP) (PALMER, 2010, p. 26).

Em 1951, em seu primeiro congresso, o PPP se afirmou como partido centralizado e disciplinado, comprometido em levar para todos os lares guianenses os princípios socialistas. Tendo em vista a diversidade linguística e cultural e o elevado grau de analfabetismo na zona rural, o partido se inspirou numa combinação de traços populistas e bolchevistas, no sentido de incentivar a vivência dos quadros partidários com o povo e, em linhas gerais, concebendo a consciência de classe de fora para dentro, até porque grandes plantas industriais ainda estavam para ser construídas. Em seu jornal mensal, no primeiro número, o partido afirmou que somente seria possível superar as mazelas sociais e os conflitos mundiais através da “reorganização

socialista”, com a “socialização” e “democratização” da riqueza, *pari passu* a independência (RABE, 2005, p. 30).

Em 1953, com um novo governador colonial, ocorreu a eleição legislativa para 24 cadeiras no parlamento guianense. Num clima festivo e de empolgação, o PPP conquistou sua primeira grande vitória, com 51% da votação e 18 cadeiras, saltando sua representação única para a maioria de deputados. A administração republicana nos EUA e os conservadores na Inglaterra se mostraram ainda mais preocupados com essa situação. Jaggan e Burnham com outros seis parlamentares formaram o Conselho Executivo da Colônia, dirigindo-a junto com o governador nomeado por Londres.

O novo ministério, composto pela maioria do PPP, passou a implementar os programas que constava no programa do partido, aumentando ainda mais a resistência das classes proprietárias. O ensino, até então responsabilidade da igreja católica, transmudou para as mãos do Estado. Uma série de taxas e impostos sobre o açúcar e a mineração foi colocada em discussão, bem como o aumento de verbas para o sistema universitário. Recusou-se o envio de representantes para saudar a Rainha Elizabete II que estava de passagem pela Jamaica. Seguindo uma lei já existente, mas, nunca cumprida, o PPP cobrou dos fazendeiros e donos de imóveis que realizassem as benfeitorias necessárias nas terras que necessitavam de diques, ou seriam penalizados e mesmo obrigados a devolver seus bens para o Estado (PALMER, 2010, p. 55).

Com efeito, a intervenção norte-americana teve início quando vários representantes da recém criada International Confederation of Free Trade Unions (ICFU) desembarcaram em Georgetown. Tratava-se de uma central sindical anticomunista, patrocinada pela CIA e pronta para atividades contra os governos que não seguissem Washington (RABE, 2005, p. 41). Uma greve dos cortadores de cana foi deflagrada em agosto, ameaçando o não cumprimento da cota de exportação e aumentando a insegurança da elite colonial. Distúrbios e choques entre policiais e grevistas ocorreram pela colônia afora.

Tanto os representantes da Booker Brothers quanto da Aluminiun Canada se dirigiram ao governo conservador em Londres acusando a conivência do governador da colônia com a “ascensão do comunismo”. Os Estados Unidos se pronunciaram temendo que “a deterioração da situação e a violência” na Guiana Inglesa afetaria todo o Caribe britânico, impedindo um plano de ajuda econômica. Assim, no começo de outubro, tropas inglesas localizadas na Jamaica e em Bermuda foram enviadas para o continente, sendo que, em 9 de outubro de 1953, posteriormente conhecida como “sexta fera negra”, a colônia foi militarmente ocupada, a constituição suspensa e os líderes do PPP proscritos e posteriormente presos. Apenas 133 dias separaram a vitória eleitoral do PPP da cassação e encarceramento de seus próceres (RABE, 2005, p. 46).

Com a colônia reocupada militarmente, e o sindicalismo ligado aos EUA dividindo o movimento trabalhista, a situação do PPP se tornou ainda mais complexa. O mundo colonial britânico ficou abismado com a violência utilizada na Guiana, retrocesso no esquema de descolonização controlada através das instituições liberais.

Como explica Thomas Spinner Jr, tratou-se da “necessidade do governo britânico demonstrar sua capacidade de ação internacional, somado à pressão norte-americana que já se preparava para também depor o governo de Jacob Arbenz na Guatemala” (SPINNER JR, 1981, p. 53).

No seio do PPP ocorreu uma divisão entre os principais líderes. Forbes Burnham, aparentemente já em contato com os agentes anglo/americanos, começou a culpar os erros do partido, seu radicalismo, pela intervenção armada e o atraso no processo de independência política. Com a facção negra, postulou uma separação em relação aos indianos, reforçando a divisão étnica, de fato existente, que naquele momento tinha sido subsumida pela política. Em 1955, a separação se consolidou dentro do partido, embora ainda não estivesse calcada no predomínio de uma raça sobre a outra.

Em agosto de 1957, novas eleições tomaram lugar na Guiana Inglesa. Mesmo concorrendo contra cinco outras facções,

mais uma vez o PPP saiu vitorioso, conquistando nove das catorze cadeiras em disputa, número de votos maior que todos os outros grupos somados. Abatido pela derrota, Burnham concretizou sua defecção, fundando o Peoples National Congress (PNC). Jagan se tornou Chefe de Gabinete e Ministro da Indústria e Comércio, sua esposa, Janet Jagan, ministra do Trabalho, e outros partidários nos principais ministérios (SPINNER JR, 1981, p. 73).

Jagan tentou redirecionar o plano econômico formulado por Londres. Conseguindo fundos nas Nações Unidas, nacionalizou o sistema elétrico, responsável por diversos blecautes e incapaz de sustentar um processo de industrialização, posta a necessidade de investimentos para o aumento de sua capacidade. Na agricultura, realizou projetos de drenagens e irrigação, visando os pequenos plantadores de arroz. Para os canavieiros, investiu na construção de moradias, que havia sido negada pelos donos, aprovando ainda uma legislação que encurtou as horas de trabalho semanal de 47 para 41, e o direito de indenização por acidente e férias remuneradas. Firmou um acordo com Cuba, que se dispôs a comprar o excedente da produção de arroz (SPINNER JR, 1981, p. 74).

Uma terceira força política entrou em cena quando o rico empresário de origem portuguesa Peter D'Aguiar, dono da maior distribuidora de bebidas, criou a United Front (UF). Com apoio da classe média e alta, independentemente de cor ou raça, passou a compor uma aliança com Burnham. Em 1960, Jagan viajou para Havana, conferenciando com Fidel Castro e Ernesto "Che" Guevara e saindo com um empréstimo de US\$ 5 milhões para a construção de uma hidroelétrica (RABE, 2005, p.75). Também ocorreram novos acordos para a compra da produção de arroz guianense e intercâmbio cultural (JAGAN, 1966, p. 224).

De acordo com Stephen Rabe, um dos maiores especialistas no contexto, 1961 foi o ano de maior prosperidade na história econômica e política da Guiana no século XX, com o crescimento da exportação de açúcar e arroz mais a abertura da exploração de manganês. A renda per capita subiu para US\$ 384, pobre para as medições, mas, ainda assim, superior à média do Caribe, então abaixo de US\$ 200. A população atingiu a marca de

600 mil habitantes, com melhoramentos no sistema público de saúde. Outra grande vitória eleitoral do PPP ocorreu em 1961, elegendo 20 parlamentares contra 11 do PCN e 4 da UF (RABE, 2005, p. 76).

Para a diplomacia norte-americana, não havia dúvida do perigo que Jagan representava para o Ocidente, posto que “Cuba também era uma pequena ilha” e Castro havia se firmado primeiramente como um “reformista apenas”.² O problema estava na potencialidade que o lugar possuía, quando alçado à condição de país independente e livre para estabelecer relações diplomáticas e laços econômicos com as demais nações, tanto caribenhas como centro e sul-americanas. Preocupava, sobretudo, a vontade do PPP em firmar relações com Cuba e também enveredar sua política externa para o Brasil, naquela época inaugurando a PEI (Política Externa Independente).

Uma das soluções encontrada por Washington foi dinamizar o patrocínio para a coalizão entre Burnham e D’Aguiar contra Jagan, incrementando o apelo étnico do PNC aos eleitores negros. Para os seguidores de D’Aguiar, o clamor pela supremacia negra era um problema menor se comparado ao plano de Jagan de cada vez mais taxar os lucros e incrementar a legislação social. Burnham, por sua vez, passou a pregar que os indianos estavam tomando os empregos dos negros, incitando a violência dos últimos contra os primeiros (PALMER, 2010, p.243-244).

O orçamento aprovado para 1962 previa construção de mais estradas, irrigação, canais, sistema de saúde e educação, resultando em cortes na importação de produtos não essenciais, bem como o aumento de impostos das multinacionais e das grandes riquezas. Sob os salários, incidiria um imposto de 5% para aqueles que percebiam acima de 100 dólares guianenses, sendo que 10% dos lucros dos empresários seriam confiscados em troca de bônus do tesouro a serem devolvidos com 3.7% de juros. A resposta foi uma série de greves e lockouts comandadas

² De acordo com documentos da política externa norte-americana, era dessa forma que a administração Kennedy justificava para os conservadores ingleses sua luta na derrubada de Jagan (RABE, 2005, p 81).

por um braço da AFL-CIO, o American Institute for Free Labor Development (JAGAN, 1966, p. 230).

Com a mídia em mãos de D'Aguiar, não foi difícil transmitir contra informação e vilipendiar o PPP, fomentando ainda mais os distúrbios e o caos social. Brigas de ruas com incêndios de residências e linchamentos passaram a ser constantes, com bandos de afro-guianenses, maioria no corpo policial, massacrando os indianos. Jagan ficou numa situação extremamente vulnerável, tendo que chamar o exército britânico para conter a escalada de violência, ele e seu partido que se queriam símbolo da independência e distância da intervenção externa (PALMER, 2010, p. 245).

Em março de 1963, no contexto da discussão da implementação de novas leis trabalhistas, outra onda de greve geral se espalhou pela colônia, numa situação em que sindicatos viciados se posicionaram contra a aprovação de leis que claramente beneficiariam seus próprios filiados. Os donos das fazendas e das minas paralisaram a produção, funcionários públicos cruzaram os braços e os trabalhadores negros, claramente fomentados contra seus parceiros indianos, apoiaram o movimento paredista. A estimativa é a de que a CIA tenha gasto cerca de 1 milhão de dólares nessa operação, alimentando e pagando salários para 50 mil grevistas por dois meses. A União Soviética enviou através de navios cubanos alguns produtos e petróleo para ajudar o governo. Nos embates de ruas o número de mortos chegou a 150 e cerca de 800 feridos, 200 casas destruídas e mais de 2 mil indianos desabrigados (SPINNER JR, 1981, p. 101,106).

Em outubro, o método eleitoral foi mudado para o voto proporcional, quebrando o sistema de contagem simples que até então havia colocado o PPP na primeira posição. Também o número de vagas em disputa subiu para 53. Às vésperas da eleição, até uma irmã dissidente de Fidel Castro esteve em Georgetown para alavancar a histeria anticomunista. Em 7 de dezembro de 1964, a última eleição na colônia foi levada a cabo, com mais uma vitória do PPP, todavia com 46% dos votos (24 parlamentares), seguido pelo PNC com 40.5% (22 parlamentares) e UF (United Force, partido de D'Aguiar), 12.4%

(7 parlamentares). A união entre o segundo e o terceiro colocado deslocou o PPP da hegemonia no governo e Burnham se tornou Chefe de Ministros (SPINNER JR, 1981, p.114).

O governo de Burnham contou com o apoio de Londres e Washington, se opondo as principais diretrizes que o PPP até então vinha desenvolvendo. Reforçou a polícia e o nascente exército guianense com a população negra, bem como o serviço público, aprofundando as divisões étnicas. Em maio de 1964, nova onda de violência de negros contra os indianos assolou a colônia. Até o final do ano seriam registradas 368 brigas entre afro-guianenses e indianos, matando 200 e ferindo 800 indianos, com 13 mil guianenses fugindo da colônia na condição de refugiados (RABE, 2005, p. 126).

Em 26 de maio de 1966, com a presença de autoridades britânicas e com apoio estadunidense, nasceu a Guiana independente, sob forte tensão racial e social. A partir de então, Burnham perpetuou-se no poder, defenestrando as aspirações socialistas e efetivando um governo ditatorial e corrupto, mantendo-se através de eleições fraudadas envoltas num forte esquema militar. As reformas sociais foram abandonadas.

Entretanto, com o desgaste do governo guianense com os Estados Unidos e com os ingleses, por conta da violência repressora do regime, *pari passu* ao não pagamento dos empréstimos junto às instituições de créditos internacionais, o país se viu isolado na região. A falta de interesse da ditadura brasileira em estabelecer linhas de comércio com a nação recém nascida, contribuiu ainda mais para esse quadro.

Perscrutando o passado, e aferindo o sentimento presente de seu povo, Burnham optou por uma linha de enfrentamento com o Ocidente, visando aumentar seu poder de barganha internacional e sua sustentação doméstica. Evocou o socialismo negro, e uma determinada leitura das lutas sociais guianenses, para declarar, em 1970, a formação da República Cooperativa da Guiana, com projetos de estatização da economia e abertura de laços com Cuba e com a Europa socialista.

Na falta de participação democrática, numa economia bastante atrasada, o resultado foi alguma participação em foros multilaterais e alianças políticas de baixo perfil com países em desavença com Washington, resultando em mais isolamento do Estado, que viu a pobreza e o subdesenvolvimento recrescer, galvanizado ainda pela crise do mercado mundial dos anos 1970.

Considerações Finais

A composição da população guianense, majoritariamente africanos e asiáticos, sugere um interessante encontro das gentes de dois grandes continentes, secularmente explorados pelos europeus, em terras americanas.

No século XIX, as principais lutas sociais foram protagonizadas pelos afro-guianenses, em oposição às estruturas coloniais, enquanto que, no século XX, a união de ambos sustentou a construção de uma alternativa tanto em relação à soberania inglesa quanto a democracia de cunho liberal.

Embora o país tenha seguido outro caminho, separado juridicamente da Inglaterra, não obstante envolto num regime antidemocrático e numa economia atrasada, os ecos do passado ainda hoje ecoam em Georgetown e no interior. De um lado, legitimando a configuração política hegemônica, de outro, mantendo acessa esperanças de transformações substanciais.

Referências bibliográficas

ADAMSON, Alan. *Sugar Without Slaves: The Political Economy of British Guiana, 1838-1904*. London: Yale University Press, 1972.

HYLES, Joshua. *Guiana and The Shadows of Empire: colonial and cultural negotiations at the Edge of the world*. New York: Lexington Books, 2014.

JAGAN, Cheddi. *The West on Trial: My Fight for Guyana's Freedom*. New York: International Publishers. 1966.

MCLEWIN, P. "Power and Economic Change: The Response to Emancipation in Jamaica and British Guiana. PHD Dissertation, Cornell University, 1971.

MOORE, Brian. *Cultural Power, Resistance and Pluralism*. Colonial Guyana: 1838-1900. Kingston: Press University of West Indies, 1995.

PALMER, Colin. *Cheddi Jagan and the politic of power: British Guiana Struggle for Independence*. Raleigh: University of North Caroline Press, 2010.

PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia Caribenha. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, n. 50, 2007.

RABE, Stephen. *U.S. Intervention in British Guiana: A cold war history*. Washington: North Carolina Press, 2005.

RODNEY, Walter. *A History of the Guyanese Working People, 1881-1905*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

SPINNER JR, Thomas. *A Political and Social History of Guyana, 1945-1983*. Colorado: Westview Press, 1984.